

Memória da Reunião da Comissão Temática de Saúde: Orçamento
Data: 29/03/2023
Coordenador(a) da Comissão: Livaldo Bento
Relator(a) da Comissão: Mario Martins Junior
Presentes na Reunião da Comissão: Cristian Albert Freitas Elton José Munchen Elves Vieira Rocha Fernando Marcucci Helcio Santos João Maria Oliveira Lima José Carlos Abreu José Gilberto Pereira Livaldo Bento Mari Elaine Rodella Maria Elvira Araujo Mario Martins Júnior Palmira da Aparecida Soares Rangel Rafael Deslandes Sandra Busnello
Justificativas de ausências da Comissão: Eliel Joaquim dos Santos
Pautas da Comissão: - Informações Gerais. - Relatório Anual de Gestão – RAG 2022; - Prestação de Contas Exercício 2022 da FUNEAS; - Apresentação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO; - Apresentação dos Projetos de Lei 522 e 507/2022; -Previsão da receita e execução orçamentária da despesa [pauta permanente].
Relato da Reunião: Dando início aos trabalhos o coordenador da comissão de orçamento cumprimenta a todos e informa sobre as pautas do dia. O primeiro item da pauta: Não houve informações gerais.

No segundo item da pauta, Relatório Anual de Gestão - RAG 2022. A apresentação foi feita pelo Sr. Mario Martins Junior do Funsauúde, o qual explanou sobre a execução orçamentária e financeira da SESA durante o ano de 2022. Terminada a apresentação, abriu-se aos questionamentos dos conselheiros presentes. Inicialmente a conselheira Elaine pediu a palavra e fez uma comparação dos investimentos em saúde no Paraná com os demais estados e comentou que a média de investimentos em outros estados foi de 52% nesse período da pandemia, enquanto o Paraná registrou um aumento de 30%, ou seja, 22% abaixo dos outros estados. Demonstrou sua preocupação com estes números quando da observação sobre algumas outras ações como na área de saúde mental, na saúde da mulher, na área da vigilância da população exposta aos agrotóxicos. Outro ponto destacado pela conselheira Elaine foi com relação aos gastos com pessoal que conforme sua observação, no ano de 2018 representava 26% da despesa e em 2022 representou 19%. Relatou que isto demonstra um descuido, pois estamos há seis anos sem reajuste de salário e também na gratificação. Questionou também sobre a retirada das ações de saúde não universais; SAS, HPM e leite das crianças, do cômputo dos 12%. Em resposta ao primeiro questionamento, o conselheiro Abreu informou que a questão relacionada ao investimento em 2022, ainda tivemos um grande reflexo restritivo da pandemia em muitas atividades no estado e que poderia ter ter havido um investimento um pouco maior em algumas áreas ao observarmos as despesas de 2022 e que mesmo ainda estando sobre os efeitos da pandemia o estado buscou uma retomada nos investimentos. Destacou da importância de trazer este tema investimento para discussão dentro da comissão de orçamento. Observou também sobre os dados gerais da cobertura assistencial da população do Paraná em relação a média brasileira e citou como fonte referencial o datasus, onde pode ser constatado que os níveis de cobertura pré existente e a que existiu durante a pandemia em ações de saúde, especialmente na área hospitalar e ambulatorial, o Paraná tem uma situação privilegiadíssima em relação a outros estados no país. Em relação aos gastos com pessoal, o conselheiro Abreu, comentou que houve um afastamento muito grande de servidores, principalmente em aposentadorias, da reposição da força de trabalho e que este tema merece continuar em discussão. Com relação ao terceiro questionamento, o Sr. Mario Martins Junior, informou que as ações de saúde não universais, SAS, leite da crianças e HPM, a partir do exercício de 2022, não fazem mais parte do orçamento para a composição dos 12%. Informou também que o estado do Paraná fez um acordo junto ao Ministério Público para a recomposição destas ações de saúde não universais que compuseram os 12%. Esta recomposição seria de aproximadamente em torno de 315 a 330 milhões por ano, durante 15 anos, e que ainda não tem informações mais detalhadas a respeito deste acordo. A conselheira Elaine agradeceu as respostas e relatou da importância de começarmos uma aproximação com estes temas. Destacou também a importância da participação nesta comissão e também na defesa do SUS, de servidores que trabalham na divulgação das informações, e que isto ajuda a ter mais pessoas compreendendo e trabalhando em defesa da saúde. Relatou também que gostaria de mostrar a sua visão sobre o orçamento. Destacando as despesas com a atenção básica, comparando com as despesas com a atenção hospitalar e ambulatorial e com as despesas em vigilância epidemiológica. Pelos valores apresentados, isso demonstra que a atenção primária tem um recurso disponível muitas vezes inferior as

demais ações e que esta forma nós ainda continuamos trabalhando no hospital. Destacou a importância de uma melhor organização e investimentos na atenção primária. Finalmente a conselheira Elaine questionou sobre se teremos a oportunidade de saber sobre a previsão da devolução dos recursos das ações não universais para o fundo estadual de saúde. Se teremos a oportunidade de discutir a realocação destes recursos decorrentes do acordo e se eles já farão parte do orçamento deste ano. Sobre este assunto, o conselheiro Abreu falou com alguma reserva, que nós temos a impressão que este valor não está previsto ainda e sugeriu que este tema fosse pautado em uma próxima reunião desta comissão, sendo feito o chamamento do Ministério Público, da PGE e da SEFA para fazerem uma apresentação sobre este processo de devolução destes recursos. A conselheira Elaine considerou como ótima e pertinente esta apresentação na comissão de orçamento, pois conforme sua fala, é um assunto que nós teremos que nos apropriar também. Em continuidade o conselheiro Abreu respondeu sobre a questão dos investimentos em atenção primária, relatando que uma das diretrizes desta gestão é o fortalecimento da atenção básica como ordenadora do sistema e que esta questão precisa ser aprofundada a discussão. Na sequência o conselheiro Gilberto do Hospital Regional de Maringá colocou a questão da repressão da demanda das consultas especializadas e das ações da atenção primária e também das cirurgias eletivas em função da pandemia e relatou do retorno em 2022 destas demandas reprimidas no período da pandemia. Relatou sobre a diminuição dos recursos em 2022 para a pandemia, devido a própria desaceleração da pandemia e da covid de uma maneira geral. No entanto, ainda ficou reprimida esta demanda em 2022 e isto exige uma retomada estratégica para atender a população nestas necessidades que não foram atendidas e que observando os dados deste relatório de 2022, observou que não houve o investimento suficiente para o atendimento desta demanda reprimida e destacou a importância da inclusão no planejamento e no orçamento para os próximos anos de um incremento para atender a retomada na atenção primária e nas especialidades. O conselheiro Abreu respondeu que o ano passado o estado identificou esta demanda reprimida pelas cirurgias eletivas e que foi desenhada uma estratégia para a retomada deste processo objetivando a diminuição da fila pela espera. Informou que o estado destinou 150 milhões de reais para o programa de cirurgias eletivas. Mesmo assim os resultados obtidos estão aquém do desejado em função do processo de qualificação desta fila que não se apresentava devidamente estratificada. Informou também que o que está sendo colocado pelo conjunto dos municípios nas reuniões da CIB é que o fator preponderante nisso é a enorme elevação dos custos no atendimento hospitalar no atendimento pós pandemia e que a atual tabela de remuneração não está sendo suficientemente atrativa para que os especialistas retornem para o SUS e que este tema está sendo amplamente discutido junto aos municípios. Informou também que o estado está implantando o programa dos ambulatorios médicos de especialidades, os AMES, em parceria com os municípios e estão sendo estruturados em todo estado, assim como o apoio aos consórcios, demonstrando a iniciativa por parte do estado para a recomposição desta demanda reprimida.

O terceiro item da pauta, a apresentação da prestação de contas da Funeas foi feita pelo Sr. Cristian Freitas, o qual demonstrou um apanhado das informações resumo dos quadrimestres de 2022 sobre as receitas e despesas de todas as unidades que estão

sobre a gestão da Funeas. Terminada a apresentação, o Sr. Cristian abriu aos questionamentos. O conselheiro Elton informou que em dezembro ele teve acesso ao relatório de gestão da Funeas que foi divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado, no qual existem vários questionamentos com prazo de resposta de 90 dias e que ele gostaria de saber se todos as dúvidas e pendências foram sanadas dentro do prazo, para que não tenha problemas com o Tribunal de Contas e nem travar recursos da secretaria, pois ele não teve acesso a estas respostas deste relatório, pois existe uma lista enorme neste relatório do TCE. Informou que não sabia se os demais conselheiros também tiveram acesso a este relatório e que segundo este relatório não evidenciou que se obteve melhorias e o Tribunal pede justificativas. Gostaria de saber se isto foi sanado e o relatório publicizado aos demais conselheiros. O Sr. Helcio da Funeas, informou que este relatório não chegou ao conhecimento do setor financeiro pois se trata de um relatório de metas e as metas são geridas pela diretoria técnica, mas que ele pode se inteirar do assunto e trazer para a comissão de orçamento caso seja feito um encaminhamento deste relatório. Informou também que a diretoria técnica está fazendo uma apresentação na comissão de acesso aos SUS e talvez estejam explanando algo com relação a isto. Reforçou que pode fazer o encaminhamento para a secretaria para repassar aos conselheiros este relatório assim que tomar conhecimento e quais as providências que estão sendo adotadas. A conselheira Elaine informou que estranha o disparate entre os valores apresentados e o que está acontecendo nas unidades e citou o exemplo de uma lista de oito medicamentos no Hospital Adauto Botelho que estão indisponíveis e não só no Adauto, no Zona Norte vários insumos para ortopedia não estavam disponíveis, no Zona Sul a mesma coisa. No Zona Sul e no Zona Norte muitas vezes a direção pedia empréstimos de medicamentos para a prefeitura ou algum outro hospital para devolver na sequência. Relatou também a falta constante de outros insumos hospitalares e medicamentos. Informou que do relatório apontado pelo conselheiro Elton ela também teve acesso e trata-se de uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas no ano de 2021 e votado no pleno do Tribunal em fevereiro de 2022 e relatou que ficou impressionada com a terminologia usada no parecer do Tribunal. Disse que no relatório consta que os hospitais podem a qualquer momento entrar em colapso. Demonstrou sua preocupação com a falta de conhecimento da diretoria financeira sobre este relatório. Informou que acessou ao contrato de gestão 001/2021 e que gostaria de uma explicação sobre o CPPI quanto ao desempenho das metas constantes no relatório de gestão, onde apresenta algumas metas com resultado zero e a única meta atingida e superada é a realização de quatro pesquisas científicas, o que julgou ser uma meta extremamente tímida, sendo que conseguiram realizar onze pesquisas. Questionou que como tem recurso para o CPPI e e das quatro metas só uma foi atingida? O mesmo vale para a ESPP que teve três metas não atingidas. Informa que a apresentação do recurso tem que estar colocada ao que tem sido conquistado de melhorias e avanços e pelo que ela vê relatório de gestão não é isto que se verifica. O Sr. Hécio da Funeas, respondeu que em 2022 houve um desabastecimento geral por conta do reflexo da pandemia e realmente alguns medicamentos houve dificuldade na aquisição. Disse que sempre trabalham para atingir o máximo de satisfação em adquirir todas estas necessidades e que a Funeas tem trabalhado incansavelmente para poder atingir seus objetivos. Que instalaram um

centro de distribuição para fazer o abastecimento dessas unidades e de todas as unidades que estão na gestão da Funeas. Em relação ao CPPI, disse que está faltando para a conclusão da produção de alguns soros, uma parceria que está em andamento e deve sair coma FUNED de Belo Horizonte para a produção destes soros. Quem poderia melhor explicar isto é o diretor do CPPI ,Rubens Gusso que está fazendo apresentação neste momento na comissão de acesso ao SUS, fazendo a prestação de contas destas metas, mas que pode fazer o encaminhamento destas metas para esta comissão. O conselheiro Elton reforçou sua preocupação quanto ao relatório do TCE, informando que quando ocorre a terceirização de qualquer serviço público, esta terceirização tem que ter uma justificativa, tem que comprovar que a terceirização vai ser melhor para o usuário e não é o que o TCE apontou. O conselheiro Abreu comentou que este relatório do TCE traz dados de 2021 e que por isso o Hécio da Funeas não tenha lembrado neste momento, mas que estes relatórios do TCE sempre ensinam do lado da gestão uma medida corretiva em relação ao que está apontado e como o foco é o exercício de 2022, e indicou que o Hécio da Funeas poderia verificar no âmbito da gestão da Funeas quais as medidas corretivas que foram tomadas em relação a este relatório do TCE e continuou sugerindo que fosse apresentado numa próxima reunião, até porque tem dados aqui apresentados que seguramente já ensinaram nas medidas corretivas, até porque existe no âmbito da SESA uma comissão de avaliação e controle do contrato de gestão e que quando toma ciência disso, responde ao Tribunal de Contas, sobre as medidas a serem tomadas. O Sr. Hécio da Funeas, concordou com o conselheiro Abreu e justificou o não conhecimento deste relatório; julgou tratar-se de um relatório novo, recente e complementou que este relatório se refere ao contrato de gestão anterior que foi encerrado com a SESA, disse também que seria bem prudente trazer a esta comissão as providências que foram adotadas para sanar estes apontamentos, tanto é que não foi desaprovada nenhuma conta junto ao tribunal de contas nem de 2020 e 2021 e 2022 está indo agora. Não houve nenhuma desaprovação de contas, então provavelmente foram respondidas, ou estão em análise. Afirmou que irá trazer a esta comissão estas informações. O conselheiro Fernando, questionou sobre as multas que consta relatório da Funeas, questionou sobre também sobre as receitas covid se elas terão continuidade, questionou se é possível o envio desta apresentação feita, pois recebeu somente a avaliação das metas. O Sr. Hécio respondeu que as multas foram receitas administrativas que foram recebidas, com relação as receitas covid, respondeu que não há previsão de receitas covid para 2023. Em relação aos documentos, todos foram enviados detalhadamente e antecipadamente, inclusive esta apresentação da execução orçamentária e que se alguém não tiver conseguindo acessar o link, vai entrar em contato com o Maurício da secretaria executiva, pois é disponibilizado para ele toda esta documentação e que trata-se de uma ordem da diretoria executiva da Funeas de dar total transparência a todos os dados que forem necessários e pedidos pelo conselho estadual de saúde. Finalizando agradeceu o acolhimento da Funeas no conselho e parabenizou o trabalho dos conselheiros e colocando-se a disposição para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A conselheira Elaine fez um apontamento que o Sindsaúde não tem condições neste momento de aprovar ou desaprovar as contas da Funeas mas levanta o questionamento sobre a falta de insumos, medicamentos e outros materiais e materiais

de baixa qualidade ofertados pela Funeas nos hospitais por ela administrados e fica pendente maiores informações sobre a questão do não cumprimento de metas do CPPI e da escola de Saúde Pública.

A conselheira Palmira pede para que conste que muitos conselheiros não conseguiram participar desta reunião pelo horário errado que foi postado na convocatória da reunião, foi postado o início da reunião às 15 horas. Que constasse também que houve descumprimento do artigo 21 do regimento interno do conselho, que prevê o envio de toda e qualquer documentação com 10 dias de antecedência, o que não ocorreu neste conselho. Quanto a avaliação da prestação de contas da Funeas, a Adefipar não concorda em relação a esta prestação de contas e vai na mesma linha do Sindsaúde devido a dificuldade na avaliação de toda a documentação em um dia útil. Disse que não está criticando a gestão sempre foi parceira, mas o conselho envia a convocatória em cima da hora. O conselheiro Abreu informou que a nossa colega Sandra que é a responsável pela elaboração do relatório, de que o encaminhamento da documentação referente ao relatório de gestão, foi sim encaminhada dentro do prazo legal e que isto foi verificado junto a secretaria executiva e pediu que a conselheira Palmira dê uma olhada na sua caixa postal no dia 15 de março. Então dentro do prazo regimental foi encaminhado a documentação, mas ela tem razão quanto na confirmação efetiva da reunião na forma como está sendo apresentada, só ocorreu na data de ontem.

Passou-se então ao quarto item da pauta; a apresentação da PLDO, que foi feita pelo Sr. Rafael Deslandes da SEFA. Terminada a apresentação, abriu-se aos questionamentos dos conselheiros presentes. Não houve questionamentos por parte dos conselheiros.

Devido ao adiantado do horário as pautas seguintes ficaram para a próxima reunião. Assim sendo o coordenador da comissão encerrou os trabalhos.

Esta reunião foi gravada pela Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Saúde.

Solicitação de pautas para a próxima Reunião:

Convidar o Ministério Público, a PGE e a SEFA para explanarem sobre o acordo que prevê o reembolso ao Fundo Estadual de Saúde dos valores utilizados em ações e serviços de saúde não universais que fizeram parte do índice constitucional.

Projetos de Lei 522 e 507/2022.

ENCAMINHAMENTOS PARA A SECRETARIA EXECUTIVA:

Nenhum.

PARECER DAS COMISSÕES:

Nenhum.

ENCAMINHAMENTOS PARA O PLENO:

Nenhum encaminhamento.



Assinatura do(a) Coordenador(a)



Assinatura do(a) Relator(a)